

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CURSO DE LETRAS – PORTUGUÊS**

Luíse Sarate Cardoso

**INCLUSÃO ESCOLAR: PELOS PERCALÇOS DO PRECONCEITO E DA
FORMAÇÃO DOCENTE**

**Itaqui
2022**

Luíse Sarate Cardoso

**INCLUSÃO ESCOLAR: PELOS PERCALÇOS DO PRECONCEITO E DA
FORMAÇÃO DOCENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Letras da
Universidade Federal do Pampa,
como requisito parcial para obtenção
do Título de Licenciado em Língua
Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Isaphi
Marlene Jardim Alvarez

**Itaqui
2022**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

C257i Cardoso, Luíse Sarate

INCLUSÃO ESCOLAR: PELOS PERCALÇOS DO PRECONCEITO E DA FORMAÇÃO DOCENTE / Luíse Sarate Cardoso.

28 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)--
Universidade Federal do Pampa, LETRAS PORTUGUÊS, 2022.
"Orientação: Isaphi Marlene Jardim Alvarez".

1. Inclusão. 2. Educação. 3. Tecnologias Assistivas.
I. Título.

**INCLUSÃO ESCOLAR: PELOS PERCALÇOS DO PRECONCEITO E DA
FORMAÇÃO DOCENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Língua Portuguesa.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 19 de julho de 2022.

Banca examinadora:

Profª Drª Isaphi Marlene Jardim Alvarez

Orientadora

(UNIPAMPA)

Profª Ma. Véra Lúcia Vargas de Souza Kelling

(UNIPAMPA/UAB)

Profª Ma. Vanessa David Acosta

(UNIPAMPA/UAB)



Assinado eletronicamente por **Véra Lucia Vargas de Souza Kelling, Usuário Externo**, em 22/07/2022, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ISAPHI MARLENE JARDIM ALVAREZ, PROFESSOR DO MAGISTERIOSUPERIOR**, em 25/07/2022, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Vanessa David Acosta, Usuário Externo**, em 25/07/2022, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0874141** e o código CRC **C5CE4A94**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo que conquistei até agora, mas peço a Ele para me dar sabedoria para conquistar muito mais.

A Universidade Federal do Pampa pela oportunidade de fazer o curso.

À minha orientadora, pelo empenho dedicado à elaboração deste trabalho.

Agradeço aos professores que me acompanharam ao longo do curso e que, com empenho, se dedicam à arte de ensinar.

Aos meus pais, pelo incentivo e apoio incondicional.

Sou grata ao meu marido, pelo apoio e incentivo. Obrigado por compartilhar os inúmeros momentos de ansiedade e estresse. Sem você ao meu lado o trabalho não seria concluído.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender que os conceitos de Inclusão e como se dão as práticas inclusivas em sala de aula, considerando a legislação brasileira, na qual fica exposta sob a Constituição Federal de 1988, que todos cidadãos brasileiros são iguais, sem distinção, perante a lei. A proposta tem como embasamento teórico, Stainback e Stainback (1999) sobre a marginalização de pessoas com deficiência desde a Antiguidade, Glat (2000) sobre as primeiras escolas para pessoas com deficiência no Brasil e Bersch (2017) sobre o uso das Tecnologias Assistivas com ferramenta para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais do aluno. A pesquisa ocorreu em três momentos: (1) delimitação de objetivos e levantamento de material bibliográfico; (2) realização das perguntas norteadoras para investigação com profissional da área e (3) coleta e análise de dados. Observou-se ao longo da pesquisa a necessidade de refletir e fomentar as discussões sobre o processo de inclusão de alunos da educação especial.

Palavras-chave: Inclusão; Educação; Tecnologias Assistivas.

ABSTRACT

The present work aims to understand that the concepts of Inclusion and how inclusive practices take place in the classroom, considering Brazilian legislation, which is exposed under the Federal Constitution of 1988, that all Brazilian citizens are equal, without distinction, By the law. The proposal is theoretically based on Stainback and Stainback (1999) on the marginalization of people with disabilities since Antiquity, Glat (2000) on the first schools for people with disabilities in Brazil and Bersch (2017) on the use of Assistive Technologies with tool for the development of the student's cognitive, social and emotional skills. The research took place in three moments: (1) delimitation of objectives and collection of bibliographic material; (2) carrying out the guiding questions for investigation with a professional in the area and (3) collecting and analyzing data. It was observed throughout the research the need to reflect and encourage discussions about the process of inclusion of special education students.

Key words: Inclusion; Education; Assistive Technologies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Categorias das Tecnologias Assistivas.....	18
Figura 2 - Ilustração Prancha de Comunicação Comunicativa.....	19

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perguntas norteadoras.....	21
---------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIações

AEE- Atendimento Escolar Especializado

CAA- Comunicação Alternativa Aumentativa

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação

TA- Tecnologia Assistiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 BREVE PANORAMA HISTÓRICO DA INCLUSÃO NO BRASIL.....	12
2.1 Preconceito no contexto de inclusão escolar.....	14
2.2 Formação de professores para atuação na educação inclusiva.....	15
2.3 A tecnologia a favor da inclusão.....	17
2.4 Inclusão no ppp da escola.....	19
METODOLOGIA	20
ANÁLISE DE DADOS.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS.....	24

1 INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, será abordada a importância da inclusão escolar no contexto atual. Antes de mais nada é preciso compreender quais são as especificações, obrigações e garantias já previstas pela legislação nacional. De acordo com o Art. 208 da Constituição Federal do Brasil de 1988, o Estado deve “garantir atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

Segundo a legislação, também é obrigatório que as escolas tenham o seu corpo docente preparado para atender a integração de alunos com necessidades especiais, capazes de elaborar e desenvolver atividades que colaborem com suas necessidades específicas. Também, anula totalmente a possibilidade de que se tenha que procurar por uma escola especializada para atender o aluno. Para Amstrong e Barton (2003) alunos que têm necessidades educativas especiais são apontados como:

[...] são alunos que têm dificuldades de aprendizagem, muito ligeiras ou mais graves, no plano intelectual ou no domínio da escrita e da leitura. A maioria dos alunos têm insucesso nas aprendizagens básicas. Muitos deles são jovens que têm perturbações afetivas ou do comportamento, mais ou menos graves, de origem diversa. (ARMSTRONG E BARTON 2003, p. 87)

Alguns dos maiores desafios na inclusão escolar, certamente é a falta de experiência, pois alguns professores nunca trabalharam com alunos com deficiência ou necessidades especiais, outro fator relevante é a dificuldade de incluir todos os alunos nas atividades, pois sem formação e preparo adequado, incluir os alunos pode se tornar um grande desafio na hora de ministrar a aula. Além disso, é necessário apontar a falta de recursos no ambiente escolar, o professor tem que estar preparado, qualificado e ter um suporte para conseguir ensinar com qualidade alunos portadores de deficiência, seja física ou mental.

Partindo desse ponto de vista, é muito importante a capacitação e a formação continuada de professores para atender as necessidades de todos os

alunos, para que estejam alinhados às exigências dos mesmos. Vale lembrar também, que a preparação não é feita apenas no corpo docente, mas também no espaço físico da infraestrutura física, tais como instalação de rampas, corrimãos, adaptação de banheiros de bancadas e mesas nas salas de aula, entre outros facilitadores de acesso.

Além de todos estes aspectos que foram citados acima, também é necessário investir no uso de tecnologia apropriada, como por exemplo, as tecnologias assistivas, estas apontadas por Bersch (2017) que são ferramentas facilitadoras no processo de desenvolvimento das habilidades cognitivas, sociais e emocionais dos alunos.

A inclusão na escola não se dá apenas como um objetivo de trabalho que tem que ser cumprido, também é uma relação humana e pode dar a oportunidade de fazer com que aquelas pessoas que possuem alguma deficiência possam se sentirem acolhidas, sem distinções. Deste modo, a inclusão é algo benéfico a todos que a praticam, pois alunos e professores podem tirar um maior proveito dos conteúdos trabalhados em sala de aula, tendo assim mais comprometimento e resultados satisfatórios na aprendizagem.

É de conhecimento geral que nos dias de hoje a inclusão está se tornando cada vez mais presente em escolas, e outros espaços públicos, devido ao avanço de tecnologias e maior número de veículos de informações. Assim todos estão se unindo por um mundo mais inclusivo, essa inclusão envolve as pessoas portadoras de deficiências físicas ou mentais, que têm o direito de frequentar a escola de maneira igual aos demais, conforme é garantido pela Carta Magna.

Este trabalho também tem por finalidade entender melhor como funciona o processo de inclusão em escolas públicas, bem como compreender os problemas ou dificuldades mais recorrentes durante o processo, apresentar algumas ferramentas tecnológicas que podem auxiliar alunos e professores no processo de inclusão, discutir sobre a formação do corpo docente para atuação na referida área e como ocorre o auxílio aos alunos deficientes em fase de adaptação.

A pesquisa está dividida em introdução, 1 capítulo, 4 subcapítulos, metodologia, análise de dados e considerações finais.

2 BREVE PANORAMA HISTÓRICO DA INCLUSÃO NO BRASIL

A Inclusão é um processo que visa apoiar a Educação para Todos e para cada criança no mundo (AINSCOW & FERREIRA, apud RODRIGUES, 2003). Esta ideia implica encarar a escola como um espaço onde todas as crianças e jovens têm lugar para aprender, adquirir conhecimento e para desenvolver-se enquanto pessoa. Entretanto, o processo de inclusão no ambiente educacional é muito recente.

Apenas a partir da Constituição Federal de 1988 ficou estabelecido no Artigo 7º que “ Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. ” (BRASIL, 1998). As escolas voltadas para pessoas com deficiência surgiram no Brasil no ano de 1854, com a fundação do Instituto dos Meninos Cegos, o qual seguia os modelos educacionais franceses. Percebe-se assim que os modelos escolares não eram inclusivos, mas sim de caráter segregatório, no qual pessoas com deficiências eram dirigidas para instituições específicas àquele público, conforme menciona Glat (2000):

A escola pública, criada a partir dos ideais da Revolução Francesa como veículo de inclusão e ascensão social, vem sendo em nosso país inexoravelmente um espaço de exclusão _ não só de deficientes, mas de todos aqueles que não se enquadram dentro do padrão imaginário do aluno ‘normal’. As classes especiais, por sua vez, se tornaram verdadeiros depósitos de todos aqueles que, por uma razão ou outra, não se enquadram no sistema escolar (GLAT, 2000. pg. 18).

A luta pelo processo de inclusão em ambiente escolar ficou estagnado por muitos anos, e somente no início da década de 90 podem ser observadas mudanças nas políticas públicas de educação. Com a Declaração de Salamanca (1994) e promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (1996) os primeiros movimentos em favor à formação de professor para o atendimento especializado de alunos é mencionado.

A partir de 2008 então, se instituiu a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, fica instituído que as escolas

regulares deveriam propiciar ao aluno Atendimento Escolar Especializado (AEE) de forma complementar ou suplementar, sendo dentro da escola com salas de recursos multifuncionais ou em instituições filantrópicas e afins, mas em turno inverso ao de estudo regular das crianças, sem este ser substitutivo à educação básica. (BRASIL, 2008).

No ano de 2010 foi publicada pelo MEC (Ministério da Educação) o “Manual de orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”, documento que objetiva informar às instituições de ensino como deveria ocorrer o processo de organização de AEE e indicar como deve ser a organização destas salas:

[...] I - Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; II - Matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola; III - Cronograma de atendimento aos alunos; IV - Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; V - Professores para o exercício do AEE; VI - Outros profissionais da educação: tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção; VII - Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE (BRASIL, 2010, p. 7).

O conceito de educação especial nessa vertente da educação inclusiva busca superar a visão de que a educação especial é uma alternativa à educação geral e à organização de espaços educacionais separados para alunos com deficiência. Esse entendimento é o oposto da educação escolar, pois a oferta do AEE contribui efetivamente para garantir o acesso ao ensino comum para esses alunos e oferece serviços e apoios para promover sua formação. Orienta o que deve ser feito nesse sentido. As aulas gerais complementam a rede normal da escola (BRASIL, 2009b).

É necessário esclarecer brevemente as diferentes conceituações de “deficiência” e “necessidade especial”, nesse sentido a Política Nacional da Educação Especial define como aluno com deficiências aquele que:

[...] que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na

sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresenta elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros (BRASIL, 2008b, p. 15).

Em termos de conhecimento da inclusão escolar, o estudo da educação especial destacou de forma impressionante a instabilidade dos dados sobre os serviços educacionais (VIEGAS, 2006). Esta instabilidade é a falta ou limitação de informações sobre a demanda e oferta de apoio educacional nesta área, representações claras estaduais e municipais da viabilidade dos serviços, ou conhecimento inadequado dos serviços de educação especial (públicos ou privados). As mudanças realizadas na rede de governos locais em cenários históricos como o do Brasil aumentam a responsabilidade desse órgão governamental pela oferta de educação escolar na educação básica.

Em suma, a ideia de escola inclusiva, é uma escola onde todos consigam aprender, participar das atividades, e não somente estar ali presente assistindo a aula. A esse respeito Morin (2003) afirma:

Uma educação voltada para concepção de mundo, ideais, valores, modos de agir, morais, princípios de ação frente a situações reais e desafios da vida prática; é no processo de ação educativa que consiste de transformações sucessivas tanto no sentido histórico, quanto no desenvolvimento da personalidade. Educação é uma palavra forte: “Utilização de meios que permitem assegurar a formação e o desenvolvimento de um ser humano”. (MORIN, 2003, p. 10).

2.1 Preconceito no contexto de inclusão escolar

Para Stainback e Stainback (1999, p. 21) a educação inclusiva é definida como “prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades dos alunos sejam satisfeitas.” Todavia, as práticas inclusivas ainda são muito recentes e as práticas de preconceito com

peças com deficiência ocorrem há muito mais tempo.

Silva (1987) afirma que pessoas com deficiências físicas, transtornos mentais ou doenças crônicas eram sujeitadas às margens da sociedade, de modo que suas “anormalidades” eram atreladas a castigos divinos ou ao pecado.

Sabemos que o preconceito em relação às deficiências sempre existiu, desta maneira. Os primeiros registros são apresentados na História Antiga e relatados por Barbosa, Matos e Costa (2011) como um fator de seleção para sujeitos que iriam participar de batalhas:

Para os gregos, o corpo belo e forte era prova de saúde e força, requisitos necessários para o combate e a luta, para a conquista de novas terras, sendo que aqueles que não correspondessem a esse ideal, como as crianças e os doentes, eram marginalizados e até mesmo eliminados ou abandonados à própria sorte para morrer. ” (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2011, p. 25).

Em outro período da história, segundo Gugel (2008) a partir do cristianismo no Império Romano foi o período de maior aniquilamento de pessoas com quaisquer deficiências.

Busca-se através da inclusão promover um ensino de qualidade para todos, considerando a necessidade de desenvolvimento das habilidades sociais, emocionais e cognitivas do ser humano. Sasaki (1999 p. 42) conceitua o termo “inclusão social” como o “[...] processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. ” Isto é, todos somos capazes de aprender e podemos usufruir dos diferentes métodos para aprender, desde que o professor esteja habilitado e possua formação para tanto.

2.2 Formação de professores para atuação na Educação Inclusiva

A formação de professores para trabalhar na educação inclusiva, se dá a partir de cursos específicos nas áreas da educação, voltados a pessoas com deficiência, os quais podem ser realizados de modo à distância ou presencial. Nesses cursos são propostos diversos métodos que podem ser utilizados em

sala de aula, com objetivo de incluir todos os alunos para ensinar os conteúdos programáticos previstos na matriz curricular do respectivo ano em que o aluno se encontra. Segundo o Artigo 59 da Lei nº 9.394 de 1996, aos alunos com deficiência fica assegurado que tenham de acordo com o inciso III:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; **III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;** IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996. REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 12.796, de 2013. Grifos da autora)

Destaca-se também que o processo de inclusão não visa apenas cumprir com a matriz curricular, desse modo é importante que o processo de inclusão seja realizado de maneira acolhedora, mostrando a eles a importância de aprender em conjunto, assim o professor deve apresentar as atividades nas quais todos possam participar e interagir. Para Alves (2009) para que a educação inclusiva ocorra de maneira efetiva é necessário também investir na formação do corpo de funcionários da escola, considerando que de maneira recorrente o professor tem dificuldade em atender todos alunos de maneira simultânea e necessita de assistentes e ou estagiários, assim Alves menciona:

[...] o importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adiante cobrar sem dar subsídios suficientes para uma adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas (ALVES, 2009, p.45-46)

2.3 A tecnologia a favor da inclusão

Quando pensamos no termo tecnologia, geralmente, pensamos primeiramente em aparelhos eletrônicos sofisticados, entretanto, as tecnologias podem ser definidas como ferramentas que auxiliam o homem desde seus primórdios, conforme Paiva (2009, p. 17), “[...] o homem registrou sua história em pedra, barro, cascas de árvore, ossos de baleia, dentes de foca, conchas, cascos de tartaruga, bambu, tecido, papiro e pergaminho”. Ou seja, a tecnologia está atrelada às ferramentas que se fazem como facilitadoras para o ser humano.

Nessa perspectiva as Tecnologias Assistivas, estas conceituadas por Bersh e Tonolli (2006, p.1) como “[...] o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão”. (BERSCH E TONOLLI 2006, p. 1). As Tecnologias Assistivas são classificadas em 11 categorias (figura 1), as quais são denominadas por (1) Auxílios para a vida diária; (2) CAA – Comunicação Aumentativa e Alternativa; (3) Recursos de acessibilidade ao computador; (4) Sistemas de controle de ambiente; (5) Projetos arquitetônicos; (6) Órteses próteses; (7) Adequação postural; (8) Auxílios de mobilidade; (9) Auxílios para cegos ou com visão subnormal; (10) Auxílios para surdos ou com déficit auditivo e (11) Adaptações em veículos.

Figura 1 - Categorias das Tecnologias Assistivas

1. Auxílios para a Vida Diária	Materiais e produtos para auxílio em tarefas rotineiras tais como comer, cozinhar, vestir-se, tomar banho e executar necessidades pessoais, manutenção da casa, etc.
2. CAA (CSA) Comunicação aumentativa (suplementar) e alternativa	Recursos, eletrônicos ou não, que permitem a comunicação expressiva e receptiva das pessoas sem a fala ou com limitações da mesma. São muito utilizadas as pranchas de comunicação com os símbolos PCS ou Bliss além de vocalizadores e softwares dedicados para este fim.
3. Recursos de acessibilidade ao computador	Equipamentos de entrada e saída (síntese de voz, Braille), auxílios alternativos de acesso (ponteiros de cabeça, de luz), teclados modificados ou alternativos, acionadores, softwares especiais (de reconhecimento de voz, etc.), que permitem as pessoas com deficiência a usarem o computador.
4. Sistemas de controle de ambiente	Sistemas eletrônicos que permitem as pessoas com limitações moto-locomotoras, controlar remotamente aparelhos eletro-eletrônicos, sistemas de segurança, entre outros, localizados em seu quarto, sala, escritório, casa e arredores.
5. Projetos arquitetônicos para acessibilidade	Adaptações estruturais e reformas na casa e/ou ambiente de trabalho, através de rampas, elevadores, adaptações em banheiros entre outras, que retiram ou reduzem as barreiras físicas, facilitando a locomoção da pessoa com deficiência.
6. Órteses e próteses	Troca ou ajuste de partes do corpo, faltantes ou de funcionamento comprometido, por membros artificiais ou outros recurso ortopédicos (talas, apólos, etc.). Incluem-se os próteses para auxiliar nos déficits ou limitações cognitivas, como os gravadores de fita magnética ou digital que funcionam como lembretes instantâneos.
7. Adequação Postural	Adaptações para cadeira de rodas ou outro sistema de sentar visando o conforto e distribuição adequada da pressão na superfície da pele (almofadas especiais, assentos e encostos anatômicos), bem como posicionadores e contentores que propiciam maior estabilidade e postura adequada do corpo através do suporte e posicionamento de tronco/cabeça/membros.
8. Auxílios de mobilidade	Cadeiras de rodas manuais e motorizadas, bases móveis, andadores, scooters de 3 rodas e qualquer outro veículo utilizado na melhoria da mobilidade pessoal.
9. Auxílios para cegos ou com visão subnormal	Auxílios para grupos específicos que inclui lupas e lentes, Braille para equipamentos com síntese de voz, grandes telas de impressão, sistema de TV com aumento para leitura de documentos, publicações, etc.
10. Auxílios para surdos ou com déficit auditivo	Auxílios que inclui vários equipamentos (infravermelho, FM), aparelhos para surdez, telefones com teclado — teletipo (TTY), sistemas com alerta táctil-visual, entre outros.
11. Adaptações em veículos	Accessórios e adaptações que possibilitam a condução do veículo, elevadores para cadeiras de rodas, camionetas modificadas e outros veículos automotores usados no transporte pessoal.

Fonte: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/16/as-tecnologias-assistivas-como-forma-de-comunicacao-alternativa-para-pessoas-com-transtorno-do-espectro-autista>

Bersch (2017) aponta que as Tecnologias Assistivas são comumente confundidas com equipamentos utilizados na área da saúde que são utilizados para diagnóstico e tratamento. A autora pontua três questões norteadoras as quais o professor deve-se fazer ao propor uma atividade e tem como objetivo utilizar as Tecnologias Assistivas:

1.O recurso está sendo utilizado por um aluno que enfrenta alguma barreira em função de sua deficiência (sensorial, motora ou intelectual) e este recurso/estratégia o auxilia na superação desta barreira? 2.O recurso está apoiando o aluno na realização de uma tarefa e proporcionando a ele participação autônoma no desafio educacional proposto? 3.Sem este recurso o aluno estaria em desvantagem ou excluído de participação?

Tendo as respostas afirmativas para as três questões, ousou chamar a ferramenta utilizada de Tecnologia Assistiva, mesmo quando ela se refere à tecnologia educacional comum. (BERSCH, 2017, p.12)

É de conhecimento geral que nem todas as escolas estão devidamente equipadas com as ferramentas necessárias e adequadas, e isso de certo modo afeta a aprendizagem dos alunos portadores de deficiência, deste modo, destaca-se que algumas Tecnologias Assistivas, principalmente, as CAA (Comunicação Alternativa Aumentativa), assim como as Pranchas de Comunicação Alternativa (figura 2), as quais podem ser confeccionadas em materiais como E.V.A., feltro, cartolina, papelão e podem ser utilizadas para crianças com autismo e dislexia.

Figura 2 - Ilustração Prancha de Comunicação Comunicativa



Fonte: https://redib.org/Record/oai_articulo3081285-comunica%C3%A7%C3%A3o-alternativa-como-um-poss%C3%ADvel-caminho-ensinoaprendizagem-de-ci%C3%A2ncias-para-estudantes-com-defici%C3%A2ncia-f%C3%ADsico-motora--alternative-communication-a-possible-path-science-teaching--learning-physically-motor-disabled-students

2.4 Inclusão no PPP da escola

Para Silva (2019) é de extrema relevância que o aluno possua uma rede de apoio na escola, ou seja, é essencial que seja proposto no PPP (Plano Político Pedagógico) quais são seus valores, missão e que a inclusão esteja institucionalizada como prática de atendimento aos alunos com deficiência ou da

educação especial. Ideia que corrobora com os pensamentos de Barros e Rosa (2017), que sobre o referido assunto apontam:

O movimento de inclusão dos estudantes na escola, seja ela social ou derivada de alguma necessidade especial, é construído de forma a garantir a transversalidade das ações da educação e também fomentar o desenvolvimento de abordagens didático-pedagógicas para eliminar barreiras no ensino-aprendizagem. Todo esse processo precisa estar sinalizado no PPP como diretriz para construção de uma escola democrática de fato. (BARROS; ROSA 2017, p. 89)

A institucionalização da inclusão na escola, segundo Mantoan (1997), possibilita que não só o aluno possua uma rede de apoio, mas que todo corpo escolar possa ter êxito na corrente educativa de modo geral. Nesse viés, Silva (2012) aponta que para além das alterações na estrutura física na escola e no PPP, sejam realizadas ações integradas com pedagogos, psicólogos e grupo familiar para que haja troca de informações para acompanhar o desenvolvimento dos alunos. Observa-se assim que escola, professor e grupo familiar precisam estar em constante contato, de modo que de forma colaborativa consigam atender melhor o aluno.

METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza como um estudo de caso de cunho qualitativo, visando compreender mais sobre a inclusão escolar, conhecer os principais desafios e dificuldades existentes no processo de aprendizagem dos alunos, para a elaboração de um artigo científico que fomente uma discussão sobre a formação de professores para atuação na educação inclusiva

Primeiro foram delimitados os objetivos da pesquisa, bem como, a delimitação da pesquisa, seguida do levantamento do referencial teórico para embasar o tema relacionado à inclusão. Segundo, foram realizadas as perguntas para nortear a entrevista com um professor (a) que atue na educação inclusiva, após a elaboração das mesmas entrou-se em contato com uma escola do município de Itaquí e por fim, a entrevista.

O terceiro passo da presente pesquisa consistiu na realização da pesquisa e análise dos dados coletados.

Para compreender como é feita a inclusão escolar, foi realizada uma entrevista a partir de três questões norteadoras (tabela 1), com uma professora que atende alunos com deficiência auditiva de uma escola da rede pública, na cidade de Itaqui, Rio Grande do Sul. A professora é formada em Letras/Português, atua como intérprete de libras e está há 15 anos na profissão, a mesma será identificada como “PROFESSORA 1” ao longo da análise. Os alunos atendidos pela professora são do 1º ano do Ensino Fundamental, 3º ano do Ensino Médio e da EJA (Educação para Jovens e Adultos), ao total a escola atende 6 alunos portadores de deficiência, desses cinco são deficientes auditivos e um com autismo

Tabela 1 - Perguntas norteadoras

PERGUNTAS NORTEADORAS
1. Como é feito o acolhimento dos alunos com deficiência?
2. A escola atende a quantos alunos portadores de deficiência atualmente?
3. Quais os maiores desafios encontrados na inclusão?
4. Os alunos com deficiência conseguem ter o mesmo desempenho que os demais colegas?

Fonte: A autora (2022)

ANÁLISE DE DADOS

Para tomar-se maior conhecimento sobre esta pesquisa serão analisadas as respostas da professora. Quando perguntada sobre ao acolhimento dos alunos a professora relata:

“Os alunos que atendo a maioria **são deficientes auditivos**, então primeiramente eu os recebo, os levo para a sala de aula juntamente com os demais alunos e fico todo o tempo na sala com ele, o auxiliando nas atividades, enquanto a outra professora explica o conteúdo para os demais alunos, a outra professora **elabora um resumo em libras** para o aluno portador de deficiência. ” (PROFESSORA 1 – grifos da autora)

Aqui percebe-se que os alunos portadores de deficiência auditiva têm o suporte necessário para a adaptação, tendo uma professora intérprete de libras

disponível nas aulas. Porém, como não tem profissionais capacitados suficientes ainda para atender a todos os alunos com deficiência ao mesmo tempo, acontece de algumas vezes outros alunos com deficiência têm de aguardar a professora ficar disponível para atendê-los na sala de aula.

Sobre o número de alunos que a escola atende:

“A escola atende ao todo 6 alunos portadores de deficiência, sendo 5 com deficiência auditiva e 1 com autismo.” (PROFESSORA 1)

Sobre os maiores desafios encontrados na inclusão a professora responde:

“Um dos maiores desafios que existem é que alguns alunos que não têm apoio em casa dos familiares e então, por este motivo chegam sem saber se comunicar, por exemplo, no caso dos alunos portadores de deficiência auditiva, há alunos que chegam na escola sem saber a Linguagem Brasileira de Sinais e nem são alfabetizados, então é necessário fazer uma adaptação para estes alunos poderem aprender o que é ensinado em sala de aula. Esta adaptação inclui imagens, trabalhos impressos, acesso a computadores.” Outro desafio encontrado é de que a escola não possui um número suficiente de profissionais habilitados para auxiliar os alunos portadores de deficiência em geral.” (PROFESSORA 1)

Como foi abordado neste trabalho, a falta de profissionais capacitados para atender alunos portadores de deficiência é um dos principais desafios encontrados na inclusão escolar, e que, em conjunto com a falta de apoio dos familiares agrava ainda mais o processo da inclusão. Por isso, a importância de salas de recursos e de cursos para capacitação de novos profissionais, para que assim mais alunos possam ser atendidos, além de melhorar o desempenho e realização da inclusão.

Sobre o desempenho dos alunos, a professora diz:

“Eles têm o mesmo desempenho dos alunos regulares, eles se mostram interessados e motivados a aprender e isso faz com que o desempenho deles seja bom, aprendem com facilidade e determinação.” (PROFESSORA 1)

Os alunos portadores de deficiência por mais que tenham suas limitações e os desafios existentes para sua integralização escolar, ainda assim

conseguem ter um bom desempenho nos estudos, sendo motivados por sua vontade de aprender e também incentivados pela professora.

A partir das respostas da professora e do embasamento teórico, percebe-se que a inclusão escolar é algo que envolve várias pessoas, começando na família do aluno até os professores. No âmbito escolar, envolve-se muito mais pois é na escola em que o aluno se sentirá motivado a aprender, e se na escola ele não encontrar o apoio, a estrutura necessária, o seu desenvolvimento escolar será afetado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o que vimos neste trabalho, a inclusão ocorre de variadas maneiras, mas todas se voltam para um único objetivo: a adaptação e integralização do aluno com deficiência, envolvendo etapas, dentre elas, a adaptação, a continuidade, e o progresso do aluno na sala de aula. Para entender melhor como isso funciona foi realizada a pesquisa em uma escola pública onde foram coletadas informações de como é feita a inclusão dos alunos com deficiência, em uma breve entrevista com uma professora de Libras, se conhece a maneira de como é feita a inclusão, e os desafios encontrados para realizar a mesma.

Os principais desafios encontrados na inclusão dos alunos, segundo a professora, é a falta de apoio dos familiares dos alunos portadores de deficiência, que não dão assistência ou algum tipo de apoio nos estudos, assim dificultando um pouco mais o processo de adaptação. Outro desafio é a falta de profissionais capacitados para atender a demanda de alunos portadores de deficiência, por mais que na escola em que foi realizada a pesquisa não tenha um número tão alto de alunos portadores de deficiência, mesmo assim a importância de profissionais capacitados para auxiliar estes alunos em suas atividades na sala de aula não deve ser descartada.

Por outro lado, a escola consegue atender estes alunos e está tendo resultados satisfatórios no ensino, não afetando o desempenho dos alunos. Percebe-se que a inclusão está sendo feita, porém com algumas restrições, se

a escola chegar a atender um pouco mais de alunos, precisará de mais profissionais capacitados disponíveis.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. RJ. WAK Editora, 2009.

ANGELO, Jamisson da Silva. **Inclusão e educação especial: o papel da escola na inclusão de estudantes na perspectiva pedagógica**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 06, Ed. 07, Vol.08, pp. 163-176. Julho de 2021.

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da Relação da Sociedade com as Pessoas com Deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**. Brasília, Ano XI, n. 21, p. 21-28, março de 2001.

AQUINO, J. G. **Diferenças e Preconceitos na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica** - Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial.

FERREIRA, Karolyne; TANIGUTI, Gustavo. **Diversa: educação inclusiva na prática**. 2021. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/salas-de-recursos-multifuncionais-marcos-normativos/> Acesso em: 22/06/2022.

GERALDO, Ana Paula. **Inclusão escolar: uma realidade inacabada.** Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/22932_12450.pdf. Acesso em: 22/06/2022.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa deficiente e sua relação com a história da humanidade.** Artigo publicado no site da Associação dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (AMPID), 2008. Disponível em: <www.ampid.org.br/Artigos/PD_História.php>. Acesso em: 5 de julho de 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, A. M. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos.** Curitiba: Intersaberes, 2012.

SILVA, Luiz Gustavo. A importância da rede de apoio na educação inclusiva. **Vai de bolsa**, 2019. Disponível em: <https://vaidebolsa.com.br/blog/ensino-medio/educacao-inclusiva/#:~:text=Sendo%20assim%2C%20o%20envolvimento%20de,dia%20a%20dia%20do%20aluno>. Acesso em 6 de julho de 2022.

STAINBACK S.; STAINBACK W. **Inclusão: Um guia para Educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.